



## MUNICÍPIO DE ARMAMAR

REVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUE CONCERNEM  
COM O IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

Procedimento pré-contratual n.º 04MUNAMM25

Ajuste Direto

### **CADERNO DE ENCARGOS**

JANEIRO 2025



## ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Preço base .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Modo da prestação de serviços .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato .....	7
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Condições da prestação de serviços .....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Preço contratual.....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Condições de pagamento.....	8
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais .....	10
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Penalidades contratuais .....	11
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Dever de sigilo.....	11
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Força maior.....	12
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar.....	13
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços .....	13
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Foro competente .....	14
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual .....	14
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações.....	14
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	14
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	14
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	15



## CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de ajuste direto, que tem por objeto a aquisição de serviços para **“revisão de procedimentos adotados que concernem com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)”**, correspondente ao CPV 79221000-9 – Serviços de consultoria fiscal, conforme previsto no regulamento (CE) n.º 213/2008 da comissão, de 28 de novembro de 2007.
2. O prestador de serviços tem cabal conhecimento do objeto da presente aquisição de serviços, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato

1. O contrato será celebrado por escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Para além do clausulado contratual e respetivos anexos, fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



3. Além dos documentos indicados no número anterior, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. Havendo contradição entre os documentos que integram o contrato, nos termos do n.º 2 da presente cláusula, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

### **Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento terá início no dia seguinte à data da sua outorga.
2. O contrato a celebrar no presente procedimento tem a duração de 12 meses, contados a partir da sua entrada em vigor, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
3. O contrato cessa automaticamente quando forem faturados os serviços no valor da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

### **Cláusula 4.ª - Preço base**

1. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base global é de 19 500,00 EUR, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido, correspondendo este ao valor máximo que a município de Armamar se dispõe a pagar pelos serviços objeto do contrato, dividido nos seguintes termos:



- a) Componente fixa, no valor de 1 000,00 EUR, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido, uma vez concluída a Fase I – Levantamento de Dados, conforme previsto no Anexo I – Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos; e
  - b) Componente variável, no valor máximo de 18 500,00 EUR, ao abrigo da qual serão computados os ganhos obtidos por referência aos valores do IVA que sejam recuperados adicionalmente, com referência ao período entre 2021 e 2024.
2. Para efeitos da alínea b) do número anterior, o preço base unitário submetido à concorrência para efeitos de apresentação de proposta é de 20% dos ganhos obtidos por referência aos valores do IVA que sejam recuperados adicionalmente, com referência ao período entre 2021 e 2024, percentagem máxima pela qual a município de Armamar aceita para efeitos de remuneração dos serviços do cocontratante na componente variável.
  3. A proposta será excluída se apresentar valores unitários superiores aos estabelecidos nos números anteriores.
  4. O preço base referido no n.º 1 do presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao objeto do contrato, designadamente, custos com o transporte dos bens ou outras despesas associadas à prestação dos serviços.
  5. O preço contratual resultará do somatório do valor proposto para a componente fixa com os valores que resultarem da aplicação da percentagem proposta referente ao ganho obtido por referência aos valores do IVA que sejam recuperados adicionalmente, com referência ao período entre 2021 e 2024.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> – Modo da prestação de serviços**

No âmbito do presente procedimento, os serviços serão prestados conforme previsto no **Anexo I - Especificações Técnicas** do presente Caderno de Encargos.



### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais do contrato a celebrar, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações:
- a) Executar os serviços objeto do contrato de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos e nas suas especificações técnicas;
  - b) Não ceder, sem prévia autorização do município de Armamar, a sua posição contratual;
  - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do objeto contratual, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - d) Comunicar antecipadamente ao município de Armamar os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos eventuais casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas
  - h) Cooperar com o município de Armamar, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
    - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados



pessoais tratados pelo cocontratante em representação do município de Armamar;

- ii. Quando o município de Armamar deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
  - i) Na execução da presente aquisição de serviços, o prestador de serviços fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização e necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 7.ª – Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o prestador de serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

#### **Cláusula 8.ª – Condições da prestação de serviços**

1. Para realização dos trabalhos, o prestador de serviços terá acesso aos registos contabilísticos, documentação e demais informação que se afigure necessária.



2. O Município reserva-se o direito de proceder ao acompanhamento dos trabalhos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como a manter, com a periodicidade a acordar, reuniões de coordenação com os representantes do Município.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Preço contratual**

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Condições de pagamento**

1. O cocontratante emitirá fatura referente à Fase I aquando do seu término (levantamento de dados), conforme descrito no Anexo I – Especificações técnicas.
2. As respetivas e restantes faturas serão emitidas com a efetiva recuperação/recebimento do imposto, que poderá ocorrer com a inscrição dos valores nas declarações de impostos, quando essa seja a modalidade de recuperação, ou no momento em que se verifique o reembolso do imposto, no caso de ser apresentado um pedido de reembolso.
3. As quantias devidas pelo município de Armamar devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que correspondem, nos termos do número anterior.
4. Em caso de discordância por parte do Município, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando





- o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão da nova fatura corrigida.
5. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Armamar, NIPC: 506 843 190, sita na Praça da República, 5110-127 Armamar, com referência ao documento que lhe deu origem, isto é, deve especificar o respetivo número sequencial de compromisso e identificação do serviço prestado.
  6. A emissão da fatura deve cumprir os requisitos fixados na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (designada LCPA) e no Código do IVA.
  7. A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no artigo n.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação.
  8. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, conjugados com a Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, as faturas devem ser apresentadas por via eletrónica (fatura eletrónica), via EDI – *Electronic Data Interchange*.
  9. Para facilitar a adoção da fatura eletrónica e não obstante a existência de outras soluções no mercado nacional, a adesão deverá ser dirigida para o contato do parceiro tecnológico do Município: [sales@yetspace.com](mailto:sales@yetspace.com).
  10. Excecionalmente, por motivos não imputados ao cocontratante, a fatura (em formato digital) pode ser enviada por correio eletrónico para o endereço [faturacaoeletronica@cm-armamar.pt](mailto:faturacaoeletronica@cm-armamar.pt).
  11. Sem prejuízo do disposto do número anterior poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio da referida fatura.
  12. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no presente artigo, a fatura é paga através de transferência bancária.



### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais**

1. Constituem obrigações do prestador de serviços, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
  - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
  - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Município, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
  - c) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Município, ou decorrente de obrigação legal;
  - d) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
4. Finda a vigência do contrato, o prestador de serviços tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para o Município.



### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Penalidades contratuais**

1. O incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se o Município exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor da sanção pecuniária, prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a), do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.



### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo prestador de serviços depende da autorização do município de Armamar, nos termos do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

O caderno de encargos é regulado pelo Código dos Contratos Públicos e em demais legislação aplicável.



## ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a prestação de serviços ao Município de Armamar no âmbito da revisão de procedimentos adotados que concernem com o Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

### 2. Serviços a prestar

**Os Municípios são sujeitos passivos de IVA com enquadramento singular e complexo.**

A prestação de serviços consistirá na análise da metodologia de dedução de IVA com vista à implementação de procedimentos que permitam aumentar esse quantitativo.

Neste sentido, deverá ser identificar a metodologia adequada de recuperação do IVA incorrido, com o objetivo de, sempre que possível e viável, aumentar a eficiência a esse nível, para os períodos de 2021, 2022, 2023 e 2024.

A prestação de serviços decorrerá nas seguintes fases:

#### Fase 1 – Levantamento de dados

Recolha da informação necessária nas instalações do município de Armamar, com vista ao levantamento dos elementos de informação indispensáveis à identificação de áreas de atividade, operações e inputs diretos, respetivos regimes de IVA, bem como à análise do procedimento de dedução utilizado pelo Município.

#### Fase 2 – Tratamento e Apresentação de dados

Determinação dos critérios adequados para recuperação do IVA, tendo em conta as especificidades do município de Armamar, designadamente as áreas de atividade existentes, e



avaliação (adequação e custo/benefício) da possibilidade de otimização do método de dedução direta e do prorata.

Determinação dos procedimentos a adotar (declarativos, contabilísticos e administrativos) e a sua preparação para concretizar a recuperação do IVA.

### **Fase 3 – Apoio à implementação**

Acompanhamento e esclarecimento de quaisquer questões colocadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira na eventualidade de vir a ser instaurado processo inspetivo.

Apoio aos colaboradores do município de Armamar com vista à sua formação, de forma a instituir procedimentos que garantam adequados níveis de recuperação do imposto, numa ótica prospetiva.

#### **Adicionalmente:**

Será efetuada a revisão do enquadramento adotado, em sede de IVA, pelos fornecedores do município de Armamar, compreendendo a análise dos contratos e termos de fornecimento externo regular que o Município tem acordado junto dos seus fornecedores, com vista à identificação de situações em que se afigura possível a eliminação/redução da tributação em IVA.

#### **Fase I:**

Análise dos contratos e termos de fornecimento externo regular que o município de Armamar tem acordado junto dos seus fornecedores.

#### **Fase 2:**

Identificação das despesas que, no estrito cumprimento da legislação fiscal e de acordo com os entendimentos proferidos pela Autoridade Tributária Aduaneira, se afigurem suscetíveis de afastar a sujeição a IVA.





**Fase 3:**

Quando justificável, preparação dos pedidos de informação vinculativa junto da Autoridade Tributária e Aduaneira por cada tipo de despesa incorrida e considerada idónea a beneficiar da respetiva isenção em IVA.

Contacto com os fornecedores do município de Armamar, cujos serviços prestados possam beneficiar da isenção/redução da taxa do IVA, no propósito de implementar e efetivar o novo enquadramento fiscal associado.

**Após a conclusão do trabalho, de consultoria e análise efetuada, serão apresentados os seguintes resultados:**

- Preparação de dossiers de documentação;
- Relatório final com as conclusões da revisão efetuada à metodologia de dedução do IVA incorrido pelo município de Armamar.

○ Presidente da Câmara Municipal,  
(assinado digitalmente)

